

Um desvio na agenda da dívida

J. CARLOS DE ASSIS

O Governo brasileiro reabre as negociações da dívida externa com o Clube de Paris e o famigerado Comitê de Bancos Credores sem o respaldo da aprovação formal do Fundo Monetário Internacional a seu programa econômico de ajuste. É um desvio em relação às expectativas originais de ter o Fundo "do nosso lado", quando se chegasse à fase crucial de negociar com os banqueiros, mas não pode ser considerado ainda uma concessão. Simplesmente porque ninguém pode conceder o que não tem.

O elemento inovador na estratégia brasileira para a dívida, várias vezes reiterado, é subordinar os compromissos de pagamento de juros e principal à capacidade de geração de saldo fiscal. Com isso o que se paga efetivamente em dólar passa a ter cobertura automática em cruzeiros, sem necessidade de emissão de moeda e de dívida interna. Portanto, sem gerar tensões inflacionárias recorrentes sobre a economia, comprometendo as metas de estabilização.

Como se trata de uma condição de equilíbrio macroeconômico bem conhecida pelo menos desde a década dos 20, quando se discutiu a questão das "transferências externas" relativas ao pagamento das dívidas de guerra da Alemanha, o que surpreende não é vê-la apresentada como eixo da renegociação, pelo Governo Collor, mas sim o fato de não ter sido invocada antes. Inclusive como exigência do FMI, no seu papel de guardião da coerência técnica dos programas embutidos nas cartas de intenção dos governos anteriores, que aprovou e convalidou.

Na realidade, aprendemos ao longo de oito anos de crise de dívida, no Brasil e na América Latina, que o FMI aprova qualquer coisa desde

que fique assegurado o restabelecimento das condições de pagamento da dívida pela ótica do balanço de pagamentos. Este, obviamente, é também o interesse central dos banqueiros credores. Só que o Fundo tem que ao menos guardar as aparências de uma genuína preocupação com o equilíbrio interno da economia, sobretudo quando provocado a isso pelo Governo com que está negociando. Daí sua permanente ambigüidade.

A atitude de Michel Camdessus, diretor-gerente do Fundo, de anunciar publicamente um retardamento deliberado da apresentação da carta de intenções à aprovação do board, enquanto se desenvolvem as negociações com os bancos, teve como contrapartida declarações também públicas de apoio ao programa de estabilização. Frustrou-se a manobra da equipe negociadora brasileira de ter a carta aprovada como um condicionante político em favor de suas posições, mas os banqueiros também já não podem contar com o FMI como uma agência eficaz de cobrança, acobertada por propósitos técnicos.

Esse contratempo na agenda da negociação indica que um eventual acordo da dívida, em novos termos, esbarra em dificuldades consideráveis. A aceitação da ótica fiscal impõe, simultaneamente, concessões concretas dos bancos em termos de redução do principal e, eventualmente, dos juros a pagar dentro de um amplo esquema de reescalonamento da dívida do setor público. Do lado do Governo, mesmo que o programa brasileiro não seja avalizado pelo Fundo, a carta de intenções é um documento público que sinaliza os limites até onde aceita ir. Nesse sentido, qualquer recuo ameaçaria pôr a perder o programa de estabilização em sua própria coerência interna. Além de subverter o cronograma em curso de abertura para o exterior. De qualquer modo, sempre se soube que o jogo pesado seria com os bancos privados, e não com o FMI. E que, portanto, é agora que de fato começará.